

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA CONTEMPLAR AS DEMANDAS SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAIS DOS CIDADÃOS E DO MUNDO DO TRABALHO NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



Florianópolis, SC, 2020
GILBERTO VICENTE DE OLIVEIRA
Autor

PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina



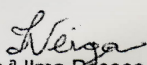


Produto educacional elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

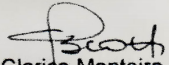
FLORIANÓPOLIS
2020



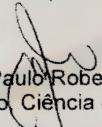
Prof.^a Dr.^a Gislene Miotto Catolino Raymundo
Instituto Federal de Santa Catarina - Orientador



Prof.^a Dr.^a Ilma Passos Veiga
Universidade de Brasília



Prof.^a Dr.^a Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Paulo Roberto Wollinger
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Oliveira, Gilberto Vicente de.

048g

Guia de orientação para contemplar as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos da educação profissional / Gilberto Vicente de Oliveira. – Florianópolis, 2020.
29 f. : il. color.

Produto Educacional – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e EAD, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, 2020.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Gislene Miotto Catolino Raymundo.

Inclui bibliografias

1. Instituto Federal 2. 3. Projeto Pedagógico de Curso 4. Demandas socioeconômico-ambientais. 5. Produto Educacional. I. Raymundo, Gislene Miotto Catolino, orient. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e EAD, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. III. Título.

CDD 23. ed. 378.013

APRESENTAÇÃO

O produto educacional aqui apresentado é parte da Dissertação de Mestrado intitulada “Atendimento das demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.

Trata-se de uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aos programas de pós-graduação (PPG), que o conceitua como a produção de materiais educacionais dirigidos a determinados públicos, envolvendo processos de formação em ambientes de ensino formal ou não formal (BRASIL, 2016).

Assim, alinhado à discussão teórica realizada na referida dissertação de mestrado, o presente material apresenta uma possibilidade de inte-

gração de informações para contemplar as demandas socioeconômico-ambiental dos cidadãos e do mundo do trabalho da região de abrangência do Câmpus nos cursos da Educação Profissional (EP).

Portanto, ele poderá ser utilizado pelos sistemas de ensino como um guia de orientação para auxiliar os sujeitos envolvidos na organização e planejamento dos cursos a contemplarem nas ofertas de novos cursos técnicos de nível médio as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho.

No entanto, ressaltamos que este guia de orientação não é estático e acabado, pelo contrário, deve ser utilizado pelas instituições de ensino de acordo com as suas necessidades e realidade concreta.

Por fim, para obter mais informações tanto em relação ao produto educacional, quanto ao referencial teórico, acesse a dissertação de mestrado no portal da CAPES.

SUMÁRIO

6 | INTRODUÇÃO

9 | 1 CONCEITUANDO DEMANDAS SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAIS

15 | 2 GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAIS NOS CURSOS DA EP

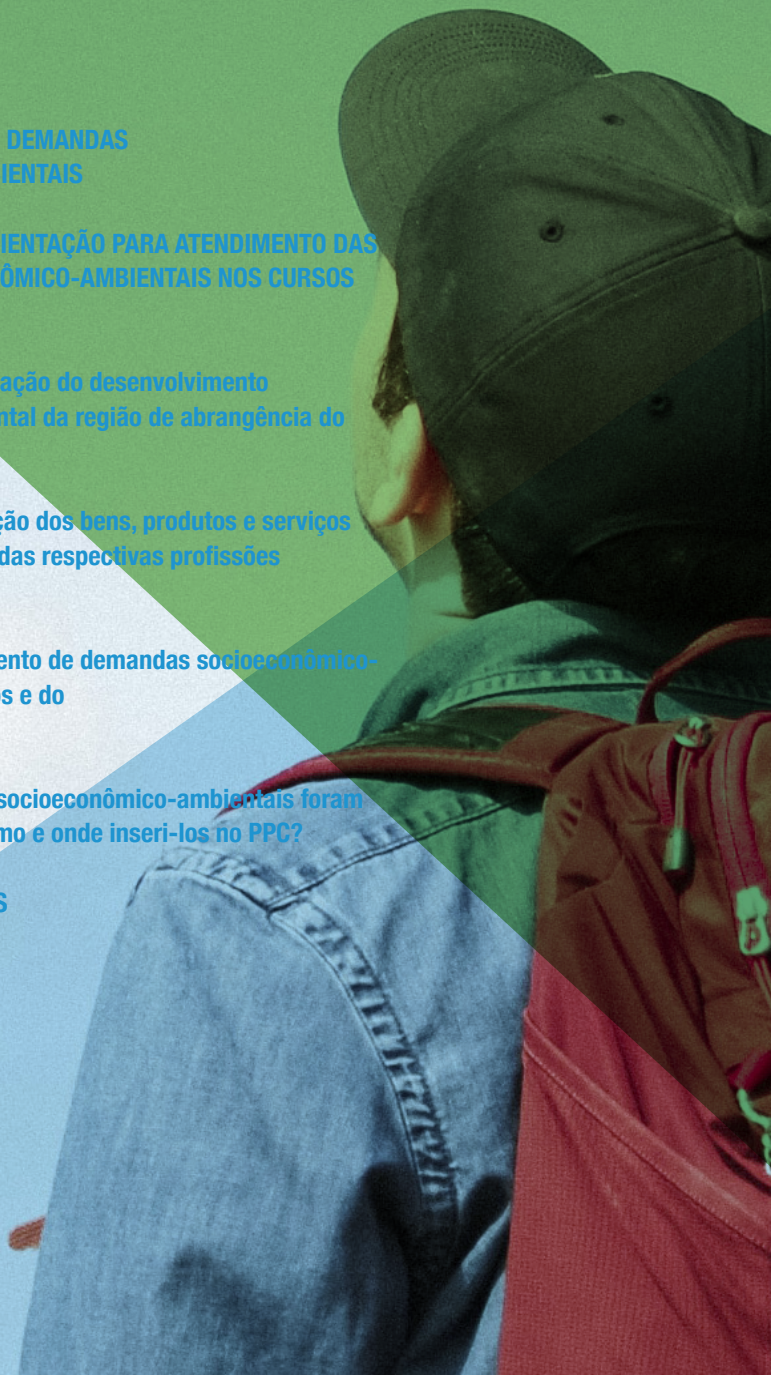
16 | 2.1 Caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do Câmpus

23 | 2.2 Identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas

24 | 2.3 Levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho

26 | 2.4 Os dados socioeconômico-ambientais foram levantados, e agora, como e onde inseri-los no PPC?

27 | 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nos termos da LDB, abrange cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

No tocante à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT-NM), tanto a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012), definem que ela será desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a última etapa da Educação Básica.

A lei de criação dos Institutos Federais (IFs) define na seção que trata das finalidades e características dos IFs, que estas instituições devem:

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio aponta como critérios para o planejamento e a organização dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;
II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, em termos de reais condições de viabilização da proposta pedagógica;



III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos, de acordo com os correspondentes eixos tecnológicos, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;

IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, segundo o respectivo eixo tecnológico, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e em condições de responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional (BRASIL, 2012a).

Os documentos citados acima - Lei de criação dos Institutos Federais e Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, apresentam critérios a serem observados para o planejamento e organização dos cursos da Educação Profissional.

Além desses critérios, as propostas formativas de uma instituição levam em consideração o tipo de sociedade e de cidadão que ela quer desenvolver. Nas sábias palavras de Paulo Freire (2007, p. 19), a educação pode ser compreendida como uma “ação permanente”, a medida que o ser humano está em constante aprendizagem. Assim, se este aprende permanentemente e vive em sociedade, a escola, dialeticamente, pode ser reprodutora ou transformadora social. Nessa mesma concepção:

Se a organização educacional mantém e aplica os padrões institucionalizados da cultura de uma sociedade, e se as necessidades funcionais dessa organização forem pertinentes aos processos de ação da sociedade, provavelmente a educação evoluirá segundo as mudanças que se operarem no meio (CRUZ, 1984, p. 31)

Depreende-se tanto da concepção de Paulo Freire, quanto de Cruz, que a sociedade e a educação se influenciam em um processo contínuo, desta forma, a educação reflete e materializa em seu processo educacional, o desenvolvimento social, cultural e político de um povo.



Partindo desse pressuposto, as ações formativas de uma instituição de ensino devem fundamentar-se nessa dialeticidade entre educação e sociedade, tendo como foco a visão política da sociedade que se objetiva desenvolver.

Para cumprimento da missão institucional, todas as ações formativas devem convergir para esta finalidade, inclusive, as ofertas formativas. Estas são consubstanciadas nos planos de curso, também chamados de projeto pedagógico de curso (PPC), os quais são de responsabilidade de cada instituição de ensino, “nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos” (BRASIL, 2012a, p. 5).

Dentre os critérios para a organização e planejamentos dos cursos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tem-se que os cursos devem ser planejados e organizados visando o “atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade” (BRASIL, 2012a, p. 5).

A estruturação de cursos desalinhados com as demandas socioeconômicas e ambientais da região pode desencadear um baixo índice de ingresso (baixa demanda); alta taxa de evasão discente; contribuição mínima para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região e de transformação social; inacessibilidade ao mundo do trabalho aos egressos; ineficiência de gerenciamento de recursos públicos; dentre outros fatores inerentes a uma educação descontextualizada.

Por sua vez, o planejamento de cursos alinhados às demandas da sociedade, possibilitam:

[...] estratégias favoráveis à construção de significações. Um plano de curso elaborado em consonância com o território e o contexto no qual a instituição educacional está inserida e com a realidade do estudante e do mundo do trabalho possibilita, sem dúvida, a realização de aprendizagens que façam sentido para o educando. Essa contextualização é de fundamental importância para o próprio processo de aprendizagem, integrando

*efetivamente a teoria à vivência da prática profissional.
(BRASIL, 2012b, p. 47-48).*

Por conseguinte, o presente produto educacional surge da necessidade de se criar uma orientação para integração de informações que possam subsidiar os sujeitos a contemplarem nos cursos técnicos as demandas socioeconômico-ambiental dos cidadãos e do mundo do trabalho da região de abrangência do Câmpus.

1 CONCEITUANDO DEMANDAS SOCIOECONÔMICO-AMBIENTAIS

A palavra “demanda” possui diversos significados semânticos, como por exemplo, “ação de demandar; demonstração de uma vontade; ação de solicitar; ato de buscar algo” (DEMANDA, 2019), dentre outros. Já socioeconômico, “envolve condições e fatores sociais e econômicos” (SOCIOECONÔMICO, 2019), e ambiental se refere “a ambiente ou ao meio no qual vivemos” (AMBIENTAL, 2019).

Depreende-se, então, que demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho podem ser compreendidas como uma solicitação ou demonstração de vontade dos cidadãos e do mundo do trabalho referente a fatores sociais, econômicos e ambientais.

No entanto, a definição de qual ou quais metodologias utilizar para contemplar essas demandas socioeconômico-ambientais ficou sob a responsabilidade das instituições de ensino de educação profissional, conforme aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2012:

A escolha do lugar de implantação de uma escola técnica, a escolha dos cursos a serem ofertados e a constru-



ção de seus currículos deve, pois, considerar os arranjos locais, dados socioeconômicos, ambientais e culturais e as potencialidades de desenvolvimento local. Diversas metodologias podem ser utilizadas para a integração de informações úteis a este respeito, considerando a análise de demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da preservação ambiental. (BRASIL, 2012b, p. 34).

Assim, é nítido que o atendimento das demandas socioeconômico-ambientais nos cursos técnicos se dá ao contemplar nos seus projetos pedagógicos e respectivos currículos as demandas socioeconômicas da sociedade, do mundo do trabalho e do uso sustentável do ambiente, restando, portanto, estabelecer orientações para tal.



Mas atenção, antes de adentrarmos na orientação para a integração de informações, vamos esclarecer três pontos.

O primeiro esclarecimento se refere a existência de outros critérios para o planejamento e a organização dos cursos técnicos, além do já mencionado (I) atendimento das demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho. São eles, (II) conciliação das demandas socioeconômico-ambientais com a vocação e capacidade da instituição de ensino, (III) organização do currículo segundo itinerários formativos e, por fim, (IV) identificação do perfil profissional de conclusão de cada curso que possibilite ao egresso responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional (BRASIL, 2012a).

Embora reconheçamos que os quatros critérios estão interligados, a pesquisa se concentrou no primeiro, abordando os demais de forma indireta.

Outro ponto importante é que os cursos objeto da investigação foram aqueles ofertados na forma subsequente. Diferentemente daqueles ofertados na forma articulada, os cursos subsequen-

tes podem ser demandados por sujeitos que estão há um longo tempo distantes dos ambientes formais de educação, uma vez que estes cursos são destinados aos sujeitos que já concluíram o ensino médio.

Ao identificar essa demanda, “devem ser introduzidos conhecimentos e habilidades inerentes à Educação Básica, para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, garantindo o perfil profissional de conclusão” (BRASIL, 2012, p. 4). No entanto, demandas como esta dificilmente seriam identificadas se fossem utilizados apenas indicadores socioeconômicos.

Por fim, o terceiro ponto visa esclarecer que este guia de orientação para a integração de informações referente ao atendimento das demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho não é estático, mas sim, apresenta um conjunto de possibilidades, não excluindo outras que possam surgir, principalmente pelo fato de que a sua construção se deu com base em interpretações das diretrizes e legislação educacional, especialmente, da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e do Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

Finalizados os esclarecimentos, o presente guia de orientação está estruturado em três dimensões articuladas: caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do Câmpus ofertante do curso; identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas; levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho.

Para a primeira dimensão, que compreende a caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do Câmpus ofertante do curso, têm-se por objetivo conhecer, de forma geral, a conjuntura social, econômica e ambiental da realidade da região.

As decisões das mantenedoras, tanto da rede pública como privada, para a escolha da oferta de um curso de Educação Profissional e Tecnológica, pressupõem um diagnóstico da conjuntura de necessidades/possi-

bilidades/consequências a partir da realidade onde está inserida a instituição de ensino. (BRASIL, 2012b, p. 19).

De acordo com Siedenberg (2003), desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de mudanças socioeconômicas. No entanto, ao longo da história esse conceito vem sofrendo mudanças. Inicialmente, estava alinhado à ideia de crescimento econômico e com o passar do tempo, aproximou-se de diversas áreas, como por exemplo, das ciências sociais e ambientais.

Desenvolvimento é um conceito que, apesar de ter sido utilizado inicialmente como sinônimo de crescimento num contexto econômico, tem hoje uma relação consolidada com diferentes áreas das Ciências Sociais aplicadas, em que se configura como um conceito-chave. Aliás, poucos conceitos contribuíram tanto para a aproximação das diversas áreas, ou seja, para a interdisciplinaridade das Ciências Sociais, quanto o conceito de desenvolvimento. (SIEDENBERG, 2003, p. 67)

À medida que o conceito de desenvolvimento evoluiu, utilizando-se de diversas áreas, não somente a da Economia, houve a necessidade de mensurar esse desenvolvimento. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) que era utilizado como principal indicador quantitativo de desenvolvimento econômico de um país, já não atendia a complexidade trazida pelas novas áreas, “até porque nem sempre o crescimento econômico de uma nação ou região implicava automaticamente em desenvolvimento num sentido mais amplo”. (SIEDENBERG, 2003, p. 46).

Dessa forma, passa a ser utilizado indicadores sociais para analisar o desenvolvimento de uma região ou país, embora se tenha ainda algumas divergências dos críticos sobre a utilização desses indicadores.

Pela leitura de Siedenberg (2003), depreende-se que é possível utilizar indicadores para mensurar o desenvolvimento socioeconômico-ambiental de um país, no entanto, o autor chama a atenção para que eles não sejam utilizados de forma acrítica ou em substituição a uma análise qualitativa, razão pela qual, os utilizamos neste guia, em articulação a outros estudos.

Assim, para fins de diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico-

mico-ambiental da região de abrangência do Câmpus ofertante do curso, considera-se contemplado no âmbito desse guia de orientação, a integração de informações referente ao PIB, IDH e/ou IDHM, renda per capita, educação, saúde, meio ambiente, habitação e trabalho, sejam elas obtidas através de dados de domínio público ou de pesquisas de campo.

Estes dados podem ser obtidos em levantamentos e estudos junto às organizações da comunidade, instituições do mundo do trabalho e entre ex-alunos e estudantes do Ensino Médio. Essas informações podem ser obtidas, também, em dados secundários disponíveis na internet e em outras publicações de domínio público. (BRASIL, 2012b, p. 19).

Na sequência, podendo ser realizada em conjunto com a primeira dimensão, a segunda tem por objetivo identificar os bens, os produtos e os serviços produzidos na região, bem como, as respectivas profissões requeridas para o desenvolvimento desses bens, produtos e serviços. Já apontavam os gestores educacionais que a falta de profissionais e o aumento de oportunidades de trabalho em determinadas áreas econômicas são variáveis consideradas na abertura de um novo curso.

[...] falta de profissionais devidamente qualificados em determinados segmentos profissionais e/ou regiões; aumento/abertura de oportunidades de trabalho em setores determinados da economia em evolução; crescimento do mercado de trabalho formal, convivendo com outro informal, frequentemente precário, especialmente alimentado pelo movimento das terceirizações; (BRASIL, 2012b, p. 19).

Contudo, conforme já explicitado na dissertação de mestrado, a empregabilidade não deve ser o único fundamento para uma oferta formativa, pois a educação profissional, além de formar para e pelo trabalho, objetiva a formação integral do sujeito, “ou seja, que consiga superar a dicotomia historicamente cristalizada da divisão social do trabalho entre a ação de executar e as ações de pensar, planejar, dirigir, supervisionar ou controlar a qualidade



dos produtos ou serviços” (BRASIL, 2012b, p. 6).

A identificação dos bens, produtos e serviços permitirá que se visualize as profissões requeridas. Não se faz necessário a definição das profissões requeridas para todos os bens, produtos e serviços identificados, mas sim daquelas profissões requeridas que tenham afinidade com o eixo tecnológico definido para o câmpus ou instituição de ensino, pois esta poderá ofertar cursos de acordo com a sua vocação e capacidade de atendimento, conforme Resolução ‘ nº 6/2012 e Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Por fim, a terceira dimensão, denominada levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, tem por objetivo reunir informações referente a demonstração de vontade dos cidadãos e do mundo do trabalho relativos a fatores sociais, econômicos e ambientais.

Nota-se que nesta dimensão a finalidade central é estabelecer comunicação com a comunidade de abrangência do Câmpus, identificando quais são as demandas da comunidade frente às profissões identificadas anteriormente e que possuam relação com a vocação da instituição de ensino. Quanto à forma, pode se dar através de audiências públicas, de reuniões com associações dos moradores, de pesquisas de campo, dentre outras possibilidades.

Tendo em vista os demais critérios para o planejamento e a organização dos cursos, acreditamos que a pesquisa de campo, tendo como instrumento de coletas de dados o questionário e a entrevista, poderão possibilitar a identificação dos diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura fundamentais ao egresso do curso; dos elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho; dos recursos e tecnologias necessárias para o exercício da profissão em questão; dos diferentes locais e possibilidades de atuação do profissional; dentre outros. (BRASIL, 2012b).

Portanto, com base no exposto, consideramos contempladas as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho nos projetos pedagógicos dos cursos, a integração de informações referente a caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência



do Câmpus ofertante do curso, utilizando para isso, os seguintes dados: PIB, IDH e/ou IDHM, renda per capita, educação, saúde, meio ambiente, habitação e trabalho; a presença da identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas; e por fim, o levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho que justifiquem a oferta do curso em questão.

Ressaltamos, por fim que, não temos o objetivo de definir ou restringir qual instituição ou mecanismo de pesquisa deverá ser utilizado para realizar uma análise socioeconômico-ambiental, dada a multiplicidade de agentes públicos e privados que poderão fornecê-los.

2 GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS SOCIOECONÔMI- CO-AMBIENTAIS NOS CURSOS DA EP

O presente material está dividido em três dimensões articuladas: caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do Câmpus; identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas; e por fim, levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho. Espera-se que a sua utilização auxilie os sujeitos na organização e no planejamento de cursos. Assim, ele apresenta uma possibilidade de integração de informações para contemplar as demandas socioeconômico-ambiental dos cidadãos e do mundo do trabalho da região de abrangência do Câmpus nos cursos da EP.



2.1 Caracterização do desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do Câmpus

Nesta dimensão, o objetivo é conhecer, de forma geral, a conjuntura social, econômica e ambiental da realidade da região. Para isso, podemos integrar informações referentes ao PIB, IDH e/ou IDHM, renda per capita, educação, saúde, meio ambiente, habitação e trabalho.

PIB



Apresenta a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, Estado ou cidade, geralmente em um ano. Ele é apenas um indicador econômico, pois “não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde” (IBGE, 2019), razão pela qual ele deve ser utilizado como um instrumento auxiliar de análise.

A compreensão do PIB fornece informações úteis sobre quais são as áreas que tiveram bens e serviços produzidos em um ano; se comparado ano a ano, é possível analisar se determinada área se mantém ou vem crescendo a cada ano, o que poderia sugerir, inclusive, demanda por formação profissional.

Cita-se, por exemplo, alguns questionamentos orientam os sujeitos referente a quais informações podem ser obtidas através deste indicador:

Qual é o PIB do(s) Município(s) e do Estado do Câmpus proponente?

Quais são as áreas que tiveram bens e serviços produzidos? Em comparação aos anos anteriores, há alguma área que se destaca e que vem crescendo a cada ano?

Há alguma que está em ritmo decrescente?



IDH e/ou IDHM



O IDH se contrapõe ao PIB, ele “reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda” (PNUD; IPEA; FJP, 2013, p. 23).

Ele está centrado nas pessoas, numa concepção de que “o crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades” (PNUD; IPEA; FJP, 2013, p. 23).

O IDHM, é uma forma de adaptação do IDH global para os níveis subnacionais. Ele existe no Brasil desde 1998, e segue as mesmas dimensões do IDH global, porém sofre alguns ajustes na metodologia.

Sobre este indicador, são possibilidades de questionamento: Qual é o IDH e/ou IDHM do(s) Município(s) e do Estado do Câmpus proponente?

Quais informações podem ser extraídas com base nas três dimensões (saúde, educação, renda) do IDH e/ou IDHM?

Renda per capita



A renda per capita é um indicador de caráter mais econômico, já contemplado na composição do IDH e/ou IDHM. Para chegar ao valor deste indicador, divide-se o coeficiente da renda nacional pela sua população. No entanto, assim como os demais indicadores, ela deve ser utilizada de forma auxiliar, pois pode apresentar divergência em relação a distribuição de renda, principalmente nos países em que há muita concentração de renda.



Portanto, o questionamento que se faz referente a este indicador econômico é:

Qual é a renda per capita do(s) Município(s) e do Estado do Câmpus proponente?

Educação



A educação está contemplada na composição do IDH e/ou IDHM. Eles “atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola”. (INEP, 2019).

Por exemplo, em casos de oferta na forma subsequente, é preciso considerar o contexto educacional local, como a quantidade de sujeitos que já terminaram o ensino médio e não estão cursando o ensino superior, a quantidade que está cursando os anos finais do ensino médio, a idade média da população que possui o ensino médio concluído, dentre outros fatores.

Alguns questionamentos podem ser elencados a título exemplificativo sobre este indicador, tais como:

Qual é o contexto educacional da região de abrangência do Câmpus proponente?

Qual é o percentual de analfabetos acima de 15 anos?

Qual é a percentual de sujeitos alfabetizados acima de 15 anos?

Quanto sujeitos terminam o ensino médio anualmente nas redes pública e privada?

Qual é a quantidade de sujeitos que terminaram o ensino mé-



dio e não deram continuidade aos estudos?

Qual é a estrutura das escolas que atuam na educação básica na área de abrangência?

Quais são os índices de evasão nos anos finais do ensino médio?

Há oferta de educação profissional na região?

Saúde

As informações sobre saúde permitem compreender a “morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos. (IBGE, 2019). Assim, são exemplos de possíveis questionamentos referente a este indicador:

Quais são as taxas e causas de morbidade e mortalidade da população onde o Câmpus está inserido?

A população possui acesso e utiliza os serviços de saúde?

Como é o estilo de vida desses sujeitos em termos de alimentação, tabagismo, consumo de álcool?

Habitação

Através desta categoria, é possível verificar desde aspectos quantitativos, quanto qualitativos, como, por exemplo, “tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e



vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos”. (IBGE, 2019). São exemplos de questionamentos que poderão ser analisados:

Qual é o percentual de habitações com abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino de lixo e iluminação elétrica na região de abrangência do Câmpus proponente?

Qual é o tipo de domicílio?

Quais são as condições de ocupação dessas residências?

Quanto ao material utilizado na construção desses domicílios, são de piso, parede? dentre outras.

Meio Ambiente



Há uma variedade considerável de indicadores que tratam “de questões relacionadas com a desertificação, erosão do solo, qualidade das águas e do ar, erradicação de espécies e destruição de recursos naturais” (SIEDENBERG, 2003, p. 63). Outra possibilidade são os indicadores com relação ambiental indireta, “como: - percentual da população com acesso à água potável, e - percentual da população que conta com instalações sanitárias”. (p. 63-64).

Nesse sentido, o IBGE, apresenta estudos que compreende “informações sobre recursos naturais (solo, subsolo, vegetação, fauna, flora, recursos hídricos, ar); clima; impacto das atividades sociais, econômicas e culturais exercidas pelo homem sobre os recursos naturais e o meio ambiente; prestação de serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de efluentes líquidos) e doenças relacionadas; gastos e dispêndios com proteção ambiental; indicadores agroambientais (uso de agrotóxicos e fertilizantes, agricultura orgânica); monitoramento ambiental (poluição, ecossistemas, uso da terra, proteção ambiental); riscos e desastres ambientais; unidades



de conservação da natureza e terras indígenas; desenvolvimento sustentável; e gestão e política ambientais, entre outros aspectos”. (IBGE, 2019).

Ressalta-se a importância da educação profissional e tecnológica no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, com “formação de profissionais que em suas atividades produtivas busquem o uso consciente e, conseqüentemente, a preservação dos recursos naturais de modo a extrair os meios que favoreçam a melhoria da qualidade de vida da população brasileira com a necessária responsabilidade socioambiental”. (BRASIL, 2012b, p. 34).

Portanto, através deste indicador os sujeitos proponentes de um novo curso técnico, poderão analisar:

Quais são as condições dos recursos naturais (solo, subsolo, vegetação, fauna, flora, recursos hídricos, ar) da região de abrangência do Câmpus proponente?

Quais são os impactos das atividades sociais, econômicas e culturais exercidas pelos sujeitos sobre os recursos naturais e o meio ambiente na região?

Existe prestação de serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de efluentes líquidos)?

Quais são os indicadores de uso de agrotóxicos e fertilizantes?

Existe agricultura orgânica?

Há alguma política de monitoramento ambiental (poluição, ecossistemas, uso da terra, proteção ambiental)?

Há unidades de conservação da natureza e terras indígenas?

Existem estudos e políticas de desenvolvimento sustentável na região?

Trabalho



Na categoria trabalho, o objetivo é integrar informações so-



bre rendimento nominal mensal domiciliar per capita; pessoas de 16 anos ou mais ocupadas; proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas; proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais; rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais, dentre outros.

É sabido que “a Educação Profissional e Tecnológica não é uma condição individual necessária para o ingresso e a permanência do trabalhador no mercado de trabalho, que não pode ser considerada como de responsabilidade única e exclusiva dos trabalhadores, como se houvesse relação causal direta entre a Educação Profissional e Tecnológica e nível de empregabilidade do trabalhador certificado”. (BRASIL, 2012b, p. 9)

Nesta perspectiva, além de apresentar dados sobre as possibilidades de atuação no mundo do trabalho, a proposta formativa, consubstanciada no PPC, deve apropriar-se do contexto histórico de mudança das forças produtivas, para propiciar aos sujeitos trabalhadores, dentro de uma perspectiva de formação integral, uma ação consciente, crítica e criativa no dia a dia, “tornando-os mais aptos para identificar necessidades e oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos” (BRASIL, 2012b, p. 9).

Logo, no tocante a este indicador, são possibilidades de questionamentos:

Quais são as condições de trabalho da população na região de abrangência do Câmpus proponente (remuneração, horas trabalhadas, característica dos locais de trabalho, fornecimento e uso de EPIs, qualidade de vida no trabalho, dentre outras)?

Qual é o índice ou quantitativo de sujeitos atuando na Economia solidária, agricultura familiar, cooperativas, associações?

Qual(is) são a(s) área(s) econômica(s) dominante(s) na região?

Quais são os trabalhos informais que mais crescem ou preponderam na região?

Quais são os percentuais de sujeitos de 16 anos ou mais ocupados?

Qual é a proporção de sujeitos de 16 anos ou mais em trabalho formal?

Qual é a proporção de sujeitos desocupados?

Qual é a proporção de sujeitos em trabalhos informais?

Qual é a proporção ou quantitativo de sujeitos atuando em trabalho voluntário? dentre outras.

2.2 Identificação dos bens, produtos e serviços produzidos na região e das respectivas profissões requeridas

A segunda dimensão tem por objetivo identificar os bens, os produtos e os serviços produzidos na região de abrangência do Câmpus, bem como as respectivas profissões requeridas para o desenvolvimento desses bens, produtos e serviços que tenham afinidade com o(s) eixo(s) tecnológico(s) definido(s) para o Câmpus.

São variadas as formas para identificar os bens, produtos e serviços produzidos em determinada região. Por exemplo, o Quociente Locacional (QL) desenvolvido por a Kieckbusch (2004), tem por objetivo identificar atividades econômicas potenciais de determinada região; os Arranjos Produtivos Locais (APLs) que sistematizam um conjunto específico de atividades econômicas desenvolvidas por agentes econômicos, políticos e sociais em uma região, tendo como principal referência o Observatório Brasileiro APL; além disso, há os dados locais sistematizados, como por exemplo, em Santa Catarina, os produzidos pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), disponíveis no Observatório FIESC.

A identificação dos bens, produtos e serviços permitirá que se visualize as profissões requeridas. Não se faz necessário a definição das profissões requeridas para todos os bens, produtos e serviços identificados, mas sim daqueles que tenham afinida-



de com a área de atuação do câmpus ou instituição de ensino, pois esta poderá ofertar cursos de acordo com a sua vocação e capacidade de atendimento, conforme Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

Portanto, exemplificando esta dimensão em formas de perguntas, poderia ser questionado:

Quais são os bens, produtos e serviços produzidos na região de abrangência do Câmpus?

Quais são as profissões requeridas para a produção desses bens, produtos e serviços que tenham afinidade com o(s) eixo(s) tecnológico(s) de atuação do Câmpus?

2.3 Levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho

Nesta terceira e última dimensão, denominada levantamento de demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, o objetivo é reunir informações referente a demonstração de vontade dos cidadãos e do mundo do trabalho relativos a fatores sociais, econômicos e ambientais.

A finalidade central é estabelecer comunicação com a comunidade de abrangência do Câmpus, identificando quais são as demandas da comunidade frente às profissões identificadas anteriormente e que possuam relação com a vocação do câmpus ou instituição de ensino. Quanto à forma, pode se dar através de audiências públicas, de reuniões com associações dos moradores, de pesquisas de campo, dentre outras possibilidades.

Como já afirmado anteriormente, tendo em vista os demais critérios para o planejamento e a organização dos cursos, acreditamos que a pesquisa de campo, tendo como instrumento de coletas de dados o questionário e a entrevista, possibilita a identificação

dos diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura fundamentais ao egresso do curso; dos elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho; dos recursos e tecnologias necessárias para o exercício da profissão em questão; dos diferentes locais e possibilidades de atuação do profissional; dentre outros. (BRASIL, 2012b).

A comunicação com a sociedade permite ainda o planejamento e organização dos cursos com um currículo mais significativo para os estudantes. Além disso, auxilia no atendimento dos demais critérios definidos na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, quais sejam, na conciliação das demandas socioeconômico-ambientais com a vocação e capacidade da instituição de ensino; na organização do currículo segundo itinerários formativos; e, por fim, na identificação do perfil profissional de conclusão de cada curso que possibilite ao egresso responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional (BRASIL, 2012a).

São diversos os questionamentos que poderão ser observados nesta dimensão, cita-se como exemplos:

Quais são as necessidades dos cidadãos relativos a fatores sociais, econômicos e ambientais da região de abrangência do Câmpus proponente?

Quais são as necessidades sociais, econômicos e ambientais das associações, das cooperativas, dos sindicatos e das instituições filantrópicas?

Quais são as necessidades referentes a fatores sociais, econômicos e ambientais registradas em planos de desenvolvimento Municipal(s) e/ou Estadual?

Quais são as necessidades sociais, econômicos e ambientais das empresas públicas e privadas?

Compreendemos que ao realizar uma pesquisa de campo com a comunidade onde o Câmpus está inserido, diversos anseios sociais poderão surgir, o que exigirá dos proponentes de um



novo curso técnico uma análise criteriosa, com a finalidade de identificar quais demandas poderão ser contempladas na oferta formativa tendo em vista a capacidade institucional e o(s) eixo(s) tecnológico(s) definido(s) para o Câmpus.

2.4 Os dados socioeconômico-ambientais foram levantados, e agora, como e onde inseri-los no PPC?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6/2012) aponta a justificativa de oferta como um item obrigatório para a submissão dos projetos pedagógicos de curso (PPC) à aprovação dos órgãos competentes da instituição de ensino. Não obstante, o mesmo documento define que “a autorização de curso está condicionada ao atendimento de aspirações e interesses dos cidadãos e da sociedade, e às especificidades e demandas socioeconômico-ambientais” (BRASIL, 2012a, p. 7).

Assim, a justificativa de oferta deve apresentar, de forma fundamentada, as razões que justificam o curso na região de abrangência do Câmpus. Portanto, compreendemos que é neste item do PPC que os dados socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho devam ser inseridos.

Por exemplo, para caracterizar o desenvolvimento socioeconômico-ambiental da região de abrangência do câmpus, os proponentes poderão fazer registro textual da conjuntura social, econômica e ambiental da realidade da região por meio da integração de informações referente ao PIB, IDH e/ou IDHM, renda per capita, educação, saúde, meio ambiente, habitação e trabalho, demonstrando, inclusive, as fontes ou estudos utilizados para tal.

Além disso, conforme já informado anteriormente, o levantamento das demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho contribui para o atendimento dos demais critérios definidos na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, quais sejam, na conciliação das demandas socioeconômico-ambientais com a vocação e capacidade da instituição de ensino; na organiza-

ção do currículo segundo itinerários formativos; e, por fim, na identificação do perfil profissional de conclusão de cada curso que possibilite ao egresso responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional (BRASIL, 2012a).

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIENTAL. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambiental/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012a.** Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11 de 09 de maio**



de 2012b. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 mar. 2019.

CRUZ, Teresinha Rosa. **Educação e organização social:** estudo comparado dos sistemas de educação dos EUA, URSS e Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

DEMANDA. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/demanda/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8. ed. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.

IBGE. Portal institucional. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 21 abr. 2019.

INEP. Portal institucional. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 26 dez. 2019.

KIECKBUSCH, Rafael Ernesto. **Metodologia de identificação de atividades econômicas potenciais.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico,



Florianópolis, 2004.

PNUD; IPEA; FJP. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/Atlas%20dos%20Municipios/undp-br-idhm-brasileiro-atlas-2013-min.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento **socioeconômico: uma síntese. Desenvolvimento em questão**, ano 1, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SOCIOECONÔMICO. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/socioecon%C3%B4mico/>. Acesso em: 25 ago. 2019.



